

Uma visão regulacionista sobre o futuro da ecologia urbana¹

Alain Liptetz
Tradução de Fania Fridman*

RESUMO

Este trabalho trata da ecologia urbana sob a ótica da teoria da regulação. Para o autor, o espaço aparece como o grande problema da ecologia, para não dizer da humanidade e seu futuro. A solução apontada para a superação dos problemas da espacialidade herdada do taylorismo e do fordismo (concentração econômica, congestionamento de tráfego, etc.) é a *democracia comunitária*, que supõe forte solidariedade interterritorial e negociação. Isso implicaria a necessidade de as regiões mais aptas ajudarem as de mais fraco desempenho.

ABSTRACT

This article is about urban ecology according to the theory of regulation. In the author's opinion, space is the greatest problem that ecology as well as humankind and its future face. Furthermore, the solution to the problems of the space inherited from taylorism and fordism (economic concentration, traffic jams, etc.) is *community democracy*, which demands strong interterritorial solidarity and negotiation. This also implies that the richer regions must help the poorer ones.

Há muito tempo, a História e sua substância, o tempo, chamaram a atenção dos filósofos e dos epistemologistas das ciências sociais. A Geografia, o Meio Ambiente natural ou construído, assim como sua substância, o Espaço, pareciam relegados a um papel de cenário passivo, uma cena vazia onde se desenrolavam os "acontecimentos", onde eles "tinham lugar". Entretanto, sabíamos que, por exemplo, a geografia era, ao mesmo tempo, matriz, terreno, causa, entrada e finalidade de práticas sociais particularmente espetaculares (a Guerra, os Grandes Trabalhos), como se a História não fosse, senão, a serva do Espaço. Entretanto, o espaço (e a Geografia) pareciam encarnar o "peso morto das coisas", enquanto o Tempo (e a História) encarnavam a liberdade criadora e a potencialidade do progresso.

Uma das razões desses preconceitos, já há um século, é, sem dúvida, o uso muitas vezes repressivo da geopolítica e do urbanismo. Aqueles que mudaram o mapa do mundo e dos territórios eram os "dominadores" e a ação reformadora ou revolucionária dos dominados se inscrevia *em* e *contra* um espaço já dado, opondo sua passividade.

*Mantivemos os grifos, os itálicos e as aspas como no texto original.

Uma razão mais intelectual me parece a seguinte: o Tempo é difícil de pensar. Pensar exige o uso da linguagem e de analogias. Onde encontrar imagens para as analogias... senão na linguagem do espaço? "Campo", "terreno", "domínio", "nível", "superestruturas", e "infra-estruturas" ... quantos termos espaciais monopolizados pelas ciências ou pelos filósofos da história e da sociologia. Como pensar, a partir daí, a espacialidade se seus termos se dão com tal imediatismo que servem para apoiar o pensamento do tempo e das relações sociais? Falamos de uma "decomposição do espaço"? Mesmo as imagens mais fundamentais do pensamento dialético são tomadas emprestadas dos deslocamentos espaciais: "não se banha jamais duas vezes no mesmo rio... Existe uma harmonia de tensões opostas, como aquela do arco e da lira", diz Heráclito.

O grande problema da humanidade hoje, o problema de seu futuro parece ser o espaço. "Seu" espaço: o meio ambiente. Como ela o cria, como vive nele, como se arrisca a sucumbir com ele. É o grande problema da ecologia e um dos seus ramos, a ecologia urbana, que concerne à maior parte da humanidade e a confronto com um mundo que ela mesma produziu.

Nesta intervenção, procederemos, primeiro, a uma reflexão epistemológica sobre o espaço, as práticas e as estruturas sociais. Será também o momento de introduzir alguns conceitos fundamentais da visão da regulação. Em seguida, utilizaremos os resultados de trabalhos prospectivos inspirados por essa visão, tentando imaginar (para os países capitalistas avançados) os "modelos de desenvolvimento" do futuro. Evidentemente, nos concentraremos nas implicações espaciais e constataremos que conduzem a uma "revanche do urbano". Para finalizar, questionaremos a forma de regulação desses futuros possíveis, com seus riscos e suas esperanças.

1. O espaço: dimensão material dos processos sociais

Todos os processos sociais, todas as práticas sociais são processos materiais. Reproduzir-se, trabalhar, comer, distrair-se, instruir-se, aperfeiçoar-se, brincar, criar, de-motivo, têm uma dimensão espacial. Não se inscrevem no "espaço": são o espaço, tecem o espaço, pelo menos o espaço humano, aquele da geografia humana e o espaço urbano. A ecologia política tomou impulso no dia em que se tomou consciência de que (quase) não havia mais espaço "natural" virgem da ação humana, não mais existia a cena intível, eterna, onde se descontrolaria a ação humana.

O espaço humano não é nada além de uma das dimensões materiais (a outra é o tempo) da totalidade social.² Esta é complexa, tecida de múltiplas práticas e de relações sociais. Cada relação social (que é, ela mesma, uma rotinação de práticas) engendra, assim, sua própria topologia (espaço produtivo, espaço jurídico, espaço geopolítico ou espaço doméstico...), e da articulação dessas múltiplas topologias resulta o espaço concreto. Nossa reflexão pode, então, se desenvolver em um duplo registro: o que se diz das relações e das práticas sociais tem, imediatamente, sua tradução espacial. Começemos.

Todo o processo social pode, efetivamente, estar compreendido e regido por relações sociais contraditórias, isto é, que unem e opõem agentes através da reprodução de suas práticas sociais. A estabilização de um processo significa que essas relações perduram apesar, e através, do caráter conflituoso dessas práticas. Assim como as relações amorosas se reproduzem através de disputas amorosas, as relações salariais

se reproduzem através de greves. É a esse efeito surpreendente (a estabilidade obtida apesar ou através do conflito) que chamamos em francês "régulation".³

A "estruturação do espaço" é uma das dimensões materiais dessa estabilização das relações estruturadoras das práticas sociais. A esse respeito e à primeira vista, é o resultado dessa estabilização. A "coreografia" de Hagerstrand⁴ ilustra bem esse aspecto: porque combinaram de se encontrar em tais lugares e porque passaram sempre pelos mesmos lugares, que os humanos acabam por criar lugares e redes, da maneira como se abre um caminho ao atravessar regularmente o gramado no mesmo lugar. Mas essa estruturação do espaço é, ao mesmo tempo, a base material dessa estabilização social: uma vez que os lugares sociais e as redes estão definidas, a infinita plasticidade das práticas sociais estará enquadrada, "inflexível", "coisificada", dizia Karl Marx. Nesse sentido, o espaço humano já é um modo de regulação.

Uma vez estabilizados, os processos sociais apresentam uma dualidade de aspectos: um aspecto "estrutura que se reproduz" e um aspecto "práticas e estratégias individuais que se entrecruzam". Um dá o esqueleto, o arcabouço ao outro, que, por sua vez, dá carne e consistência. Para utilizar uma outra imagem, podemos imaginar, em um tecido, os fios da "trama" e aqueles da "urdidura". Por sua vez, essa dualidade "estruturas/práticas" (*structure and agency*) autoriza a reprodução, as tensões, as continuidades transformações, as crises e as revoluções nos processos sociais.

Especialmente, essa mesma dualidade que se expressa como "ecologia humana" (isto é, o domínio estritamente artificial e cultural da ecologia política e, em particular, a ecologia urbana). Cada ação humana individual encontra-se embuída (*embeded*) em um espaço preexistente, sempre dado, que é a forma de existência material da atividade de todos os outros (as cidades, seu tráfico, suas produções, seus rejeitos...). Cada atividade humana se desenvolve em um "meio ambiente" próprio mas faz parte do meio ambiente de todas as outras. E, por sua vez, cada atividade pode transformar (para o bem ou para o mal) o meio ambiente de todas as demais (construir um imóvel ou esvaziar sua lata de lixo...).

Resultado dessa discussão que, metodologicamente, o "futuro do espaço" (urbano particularmente) deve ser apreendido combinando-se as considerações sobre a evolução social global e a maneira pela qual reestrutura, limita e condiciona seu espaço. A relação entre espaço e processo social é a ilustração material mais brilhante da tese de Marx, reproduzida nas *Tezes sobre Feuerbach* e no *18 Brumário*, segundo a qual os Homens fazem sua própria história mas sobre condições dadas, herdadas do passado.

Mais precisamente, o "futuro do espaço" não é a simples projeção do futuro da sociedade sobre o solo. A sociedade só evoluirá, se recriará porque ela já estará enraizada, materializada no "terreno": ela já existe sob a forma de *território*. O espaço humano, em si mesmo, já é uma ressureição (e um ponto de partida) para a sociedade futura. E a contradição entre os espaços existentes, que materializam formas de civilização existentes até nossos dias, e os "espaços projetados", materializações de modelos de desenvolvimento em competição pelo futuro, também deverá ser regulada.

II. Os modelos de desenvolvimento do pós-fordismo: a revanche do urbano

O ambicioso programa metodológico assim apresentado não pode ser nem mesmo esboçado na presente intervenção. Limitar-nos-emos, aqui, ao seguinte exercício: ex-

² N.T.: geógrafo sueco.

plorar as consequências espaciais das duas principais relações contraditórias constitutivas da economia capitalista: as relações mercantis e as relações capital/trabalho, certamente os determinantes da estruturação do espaço. Ora, esses dois domínios (as relações profissionais e a organização industrial, segundo a terminologia acadêmica) foram particularmente explorados pelos economistas franceses da "escola francesa da regulação". Lembremos, primeiramente, alguns resultados dessa corrente de trabalhos.⁴

Chamamos de "fordismo" o modelo de desenvolvimento capitalista que prevaleceu nos países capitalistas avançados dos anos 50 aos anos 70. Seus traços característicos são os seguintes:

- o Taylorismo e a mecanização como forma de organização do trabalho, com uma polarização das qualificações e das responsabilidades entre os que concebem e os que operam;
- o consumo de massa como principal saída da produção;
- a organização das atividades econômicas pelos oligopólios (diretamente pela sua hierarquia interna ou através de mercados de subcontratação);
- a institucionalização, a "rigidificação" e a direção planejada dessas relações estruturais através da legislação social, das convenções coletivas e do Estado-Providência.

Esse modelo conheceu sua materialização espacial na forma de uma hierarquia funcional de bairros nas cidades, entre as próprias cidades e até entre os burgos do campo. Essa "organização funcional do espaço", pilar das políticas de planejamento urbano e regional e da arquitetura, é um dos principais traços da "modernidade".

A crise do fordismo é, na realidade, uma dupla crise (para nos atermos, pelo menos, ao econômico): aquela do próprio Taylorismo e aquela da "rigidez" das convenções reguladoras da economia mercantil. O Taylorismo apresentou fraco desempenho na utilização de novas tecnologias. A rigidez dos modos de regulação nacionais foi desestabilizada pelo turbilhão da concorrência internacional. Após dez anos às cegas, os eixos paradigmáticos de saída da crise se afirmaram. O primeiro questionando essa "rigidez" e o segundo contestando o próprio Taylorismo.

O primeiro eixo, que desde o fim dos anos 70 inspira os modelos que podemos qualificar de "neofordistas" ou mesmo "neotayloristas", visa restabelecer a "flexibilidade" das relações mercantis não somente entre as unidades da produção econômica mas no interior das próprias relações capital-trabalho. Trata-se de fazer novamente do trabalho uma simples mercadoria suscetível de ser alugada e repudiada à vontade pelo empregador.

A forma espacial (de *regulação* espacial e não somente de "desdobramento" espacial) de tais modelos implica um retorno à concentração urbana. A regulação social assume, com efeito, a forma universal do comércio direto (entre empregadores e mão-de-obra e entre aqueles que dão os ordens e os subcontratados). A *proximidade* torna-se, então, a condição das interações econômicas e sociais, ainda que a "hierarquia" fordista possa se desenvolver sobre uma topologia controlada. Isso resulta uma "remetropolização" tendencial das formas urbanas. A "pós-modernidade" privilegia as interações erráticas em uma sociedade desorganizada, congregada tão-somente em megalópoles cindidas por uma forte polarização social.

O segundo eixo da evolução sócio-econômica que estrutura os modelos que se podem qualificar, validamente, de "pós-fordistas" visa superar a oposição "conceptor-executante". Visa uma cooperação negociada por parte dos agentes dominados nos processos econômicos, isto é, os trabalhadores e os subcontratados. Qualificação, envolvimento do recurso humano, organização "just-in-time" dos fluxos, cooperação estratégica entre firmas, são essas as palavras de ordem.

À primeira vista, a forma espacial desses modelos é a mesma. A cooperação explícita, a negociação supõem relações face à face, portanto a proximidade e a congregação urbana. É o fim das usinas de subcontratação ("branch-plants") no campo. Mas agora trata-se de uma congregação negociada, de interações contratualmente estabelecidas com todas as instituições correspondentes (de formação profissional, de pesquisa e desenvolvimento, instâncias locais de arbitragem e de cooperação, etc.). A urbanidade pós-fordista repousa, em suma, sobre a "mobilização organizada do território".⁵ Ela *pode* tomar a forma de uma metropolização mas, sobretudo, de redes articuladas a sistemas locais de produção menores e bem-organizados.

Essa divergência entre os modelos de superação do fordismo atravessa verticalmente o mundo capitalista. Ela não passa apenas entre o velho "centro fordista" e sua periferia. Ela divide as antigas economias centrais. A Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a França se aliam ao "neofordismo". A Alemanha e o Arco Alpino (Suíça, Áustria, Itália do Norte) se aliam ao "pós-fordismo" (o Japão consegue combinar os dois modelos no seu território).⁶ Los Angeles está dominada por uma megalopolização que a aproxima de São Paulo. Ao contrário, as capitais do pós-fordismo europeu (Frankfurt, Munique e Milão) continuam metrópoles. Só há duas megalópoles na Europa Ocidental: Paris e Londres. Em países neofordistas.

III. Os territórios, formas e riscos da regulação

As consequências sociais e ecológicas da megalopolização, no Norte como no Sul, são as maiores ameaças que os modelos neofordistas fazem pesar sobre o futuro e não somente sobre o espaço urbano. Multiplicação dos flagelos sociais (drogas, epidemias, desespero, sublevações da miséria), congestionamentos locais e poluição da biosfera, polarização social exacerbada... Tudo isso é conhecido, mil vezes denunciado. Se Londres e Paris seguem Los Angeles, Los Angeles atinge (mais rica mas não instável quanto) os perfis da Cidade do México e de São Paulo, enquanto que estas duas megalópoles assumem aspectos de Calcutá... Os aspectos "positivos" da megalopolização não devem, certamente, ser negligenciados: no coraço dessas megalópoles brotam, às vezes poeticamente, na riqueza desenfreada de interações fúlgidas e criativas, as faíscas da pós-modernidade. Eu encontrei *Grimen*⁷ encitadas em Frankfurt, "cidade muito pequena". Mas essa criatividade potencial da Cidade Muito Grande que inspirou tantos poetas tem um custo muito alto: exclusão social, insustentabilidade ecológica...

A escolha do pós-fordismo e de suas formas urbanas (redes de cidades médias e de metrópoles com dimensão humana) pode evitar esses finais desastrosos, salvaguardando espaços de interações improváveis, de criação. Mas essa escolha só poderá ser conduzida pela mobilização de forças sociais (a ecologia, o feminismo, um sindicalismo renovado, o movimento cooperativo ou alternativo, etc.) e por um verdadeiro investi-

⁷N.T.: os verdes, militantes do movimento ecológico.

mento cultural dos arquitetos, urbanistas, paisagistas, animadores culturais de rua e de bairros.

O espaço preexistente atua como uma temível restrição. Da mesma maneira que a natureza do fordismo dos anos 60 (mais ou menos "social", explicitamente regulada) pesou fortemente sobre a orientação dos diferentes países no decorrer dos anos 80,⁷ o espaço urbano legado pelos anos 80 imporá limites cada vez mais rígidos às escolhas dos anos 90. A partir de agora, o "meio ambiente urbano" existente (isto é, resultante da gestão da crise dos anos 70-80) se impõe como *problema insuperável* (e não mais como espaço para uma solução) para as megalópoles mais engajadas nos modelos "flexíveis". Congestionamentos, poluições, guetos urbanos não favorecem, de forma alguma, a mobilização em torno de um projeto coletivo e sustentável.

Qualquer que seja "o estado dos lugares", por mais degradado que seja, a reconstituição de um espaço organizado como forma espacial de compromissos sociais negociados resta como único objetivo válido para as forças progressistas no domínio urbano. As formas de regulação da transição entre tais espaços "projetados" e os espaços "herdados" são, de um lado, da "democracia comunitária" e, de outro, da "solidariedade interespaçial".⁸

A *democracia comunitária* designa um conjunto de formas políticas ou infra-políticas (cooperação e negociação profissional ou de vizinhança) de regulação de um território visando uma mobilização coletiva dos recursos humanos locais sem negar, entretanto, as divergências de interesses. A democracia comunitária combina, intrinsecamente, os aspectos "substanciais" e "de procedimentos" (qual é o campo da negociação? quais são os procedimentos da negociação?). Implica, entre outros:

- a negociação entre sindicatos, aparelhos de Estado locais e firmas para elevar o nível de qualificação e definir os objetivos e a organização da produção;
- a evolução do Estado-Providência (que, no fordismo, é somente um aparelho burocrático de redistribuição do poder de compra) em direção ao financiamento de um terceiro setor de produção social (ao lado dos setores público e privado), autogerido, negociado contratualmente entre seus empregados e seus usuários e dedicado às tarefas de utilidade social (melhoramento da qualidade de vida, animação cultural, serviços a domicílio, etc.);
- o crescimento do tempo livre enquanto medida do progresso humano e como condição para o acesso à civilização urbana, com todas as promessas de variedade e de liberdade do "pós-modernismo". Trata-se do tempo livre de pessoas que, ainda que "normalmente" inseridas na Sociedade, não reduzem sua vida à sua atividade de remuneradora.

Mas a "democracia comunitária" será uma palavra vã se a pressão da concorrência *entre os territórios* (entre cidades, entre regiões, entre nações) levar cada sociedade local a gerir sua "sujeição exterior", aceitando condições de vida e de trabalho, cada vez mais duras e precárias, sob o pretexto da competitividade. A democracia comunitária só poderá encontrar seu pleno desabrochar em toda a parte se cada lugar for relativamente resguardado da "concorrência desleal" do "dumping ecológico-social" de outros lugares (em particular, de territórios que optaram por um modelo neotaylorista). *Regras do jogo* comuns devem, então, ser adotadas nas trocas (de mercadorias, de capitais) entre os territórios. Essa evidência é, há muito tempo, admitida nas relações interregionais (e intranacionais). Elas tornaram-se urgentes nas

relações intracontinentais (é o famoso debate sobre o "espaço social europeu") e mesmo internacional (é o debate sobre a condicionalidade ecológica e social na livre-troca).

Essas "regras do jogo" interterritoriais poderiam ser insustentáveis para certos territórios levando-se em conta sua pobreza, sua fraca competitividade ou sua dívida atual. Levariam, de fato, à sua marginalização, ao seu deslocamento, aos fluxos migratórios incontornáveis (como a unificação alemã brutalmente recorda). Essas regras não serão sustentáveis se não forem acompanhadas de uma *solidariedade interterritorial maciça*, ajudada como as transferências tecnológicas e financeiras dos territórios com melhor desempenho àqueles menos aptos.

A crise econômica, ecológica e demográfica que arrasa a maior parte do mundo, no Sul e no Leste, leva à desestabilização de toda a comunidade internacional pelos fluxos migratórios. Para os territórios que se orientam para a democracia comunitária, seria tanto quimérico quanto monstruoso pretender se defender policialmente contra esses fluxos. A resposta adequada seria a negociação de regras do jogo comuns e a ajuda permanente aos territórios em dificuldade, permitindo a todos os povos "viver e trabalhar no país".⁹

Se quisermos que Berlim não se torne a terceira megalópole ingerenciável da Europa, a Comunidade Européia e a Alemanha deverão desenvolver formas de solidariedade não somente para a Alemanha Oriental mas em direção a toda a Europa do Leste.

Através desse exemplo, podemos verificar como o futuro do urbano se enraiza, pesadamente, nos determinismos históricos materializados na geografia. O futuro do espaço vai depender das decisões alfândegárias, fiscais, macroeconômicas e jurídicas assim como da ecologia urbana, expressão integral do conjunto das práticas sociais.

NOTAS

¹ Intervenção na Conferência *Die Zukunft des Städtischen Stadtraum*. Frankfurt, 30 de novembro de 1990.

² Ver Lipietz (1977 e 1985).

³ Em inglês, "regulation" equivale ao francês "réglementation", que é uma das formas possíveis da regulação. Entretanto, desde a tradução do livro seminal de Michel Aglietta (1976), empregamos cada vez mais "regulation" no sentido francês da "escola da regulação", tal como é precisada em Lipietz (1988).

⁴ Além dos meus artigos citados acima, podemos encontrar a esse respeito uma introdução crítica em Boyer (1986).

⁵ Ver Leborgne e Lipietz (1988 e 1990).

⁶ Ver Lipietz (1990).

⁷ Como o estabeleceu de maneira surpreendente Rianne Mahon (1987).

⁸ Sobre o que se segue, ver Lipietz (1989).

⁹ O termo inglês "governance" está bem adaptado a essas formas de regulação que não se baseiam nem no mercado nem no Estado central.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETTA, M. *Régulation et crise du capitalisme*. Paris, Calman-Lévy, 1976.
 BOYER, R. *La théorie de la régulation*. Paris, La Découverte, 1986.
 HAGERSTRAND, T. What about people in social sciences? *Papers and Proceedings of the Regional Science Association*, 24:7-21, 1970.

⁹ N.T.: no sentido de seus locais de origem.

- LEBORGNE, D. & LIPIETZ, A. New technologies, new modes of regulation: some spatial implications. *Society and Space*, 6(3), 1988.
- . Fallacies and open issues of post-fordism. In: SCOTT & STORPER (orgs.). *International Conference Pathways to Industrialization and Regional Development in the 1990s*, Los Angeles, 14-18 Maio. London, Unwin and Hyman, 1990.
- . Capital-labour relations at the dawn of 21st century. In: MARGLIN & SCHOR (orgs.). *UNU/IFIDER Project on Capital-Labour Relations*. S.l., Clarendon-Oxford, 1990.
- LIPIETZ, A. *Le capital et son espace*. Paris, F. Maspéro, 1977.
- . Le national et le régional: quelle autonomie face à la crise capitaliste mondiale? *Conférence Spatial Structures and Social Process*. Lesbos, Août 1985. *Couverture Orange CEPREMAP*, n. 8521, 1985.
- . *Choisir l'audace. Une alternative pour le XX^e siècle*. Paris, La Découverte, 1989.
- MAHON, R. Form fordism to...? *Economic and Industrial Democracy*, 8:5-60, 1987.